



2501
1987

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE: lei nº 283/86

AUTOR: Chefe do Executivo

ASSUNTO: "Dispõe sobre a transferência do sistema de iluminação pública do município à ELETROPAULO".



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 0252.

IBIÚNA, 17 DE MARÇO DE 1986.

DESPACHO

- 1 - Leia-se na Sessão
 - 2 - Encaminhe-se ao Assessor Jurídico
 - 3 - Encaminhe-se cópias aos Vereadores
 - 4 - Às comissões para receber parecer
- Ibiúna, 17 de MARÇO de 1986

SENHOR PRESIDENTE:

RUBENS XAVIER DE LIMA
Presidente

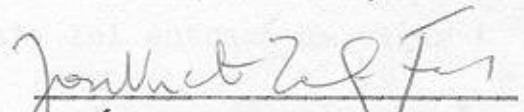
- À presente Proposição, sob o nº 0252, desta data, tem por objetivo autorizar o Executivo Municipal a transferir à ELETROPAULO-Eletricidade de São Paulo S/A., em caráter definitivo, o sistema de iluminação pública do Município.

Para melhores esclarecimentos de Vv. Exas., juntamos todo o material fornecido a esta Prefeitura pela ELETROPAULO-Eletricidade de São Paulo S/A., inclusive minuta do presente projeto de lei.

Solicitamos a V. Exa. seja a presente proposição deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios.

Reiteramos a V. Exa., na oportunidade, os nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

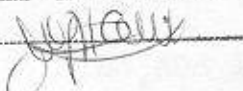

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 283/86

Recebido em 17 de 03 de 1986

Prazo vence em 25 de 04 de 1986

Recebido por 

AO

EXMO. SR.

RUBENS XAVIER DE LIMA.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

N E S T A.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 0252.
DE 17 DE MARÇO DE 1986.

283/86

19803
11/11/86

Dispõe sobre a transferência do sistema de iluminação pública do Município à ELETROPAULO".

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu promulgo a seguinte lei:-

ARTIGO 1º.- Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir, em caráter definitivo, à ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A o sistema de iluminação pública do Município.

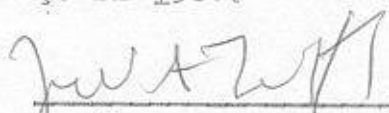
ARTIGO 2º.- A transferência de que trata o artigo anterior operar-se-á obedecidas as condições constantes do anexo termo que, para todos os efeitos e fins, passa a fazer parte integrante desta lei.

ARTIGO 3º.- A assinatura do termo dependerá da prévia formalização com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A do correspondente Protocolo de Intenções.

ARTIGO 4º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º.- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1986.


JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO MUNICIPAL

1804
JEP

ÍNDICE

1. SÍNTESE DO PROJETO

2. PLANO

3. ANEXO O VARIÁVEL

4. PROCEDIMENTO DE INTERFERÊNCIA

JEP

EXEMPLAR DO DOCUMENTO DE INTERFERÊNCIA
EXEMPLAR DO DOCUMENTO DE INTERFERÊNCIA
EXEMPLAR DO DOCUMENTO DE INTERFERÊNCIA

2505
JPM

ÍNDICE

1. SÍNTESE DO PROGRAMA
2. PROGRAMA
3. ATO DO GOVERNADOR
4. PROTOCOLO DE INTENÇÕES SE DO PROGRAMA
5. TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA

JPM

John

S Í N T E S E

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(ELIMINAÇÃO DE PONTOS ESCUROS)

1507
JEP

As condições legais e contratuais tradicionalmente aplicadas ao serviço de Iluminação Pública, foram concebidas há mais de três décadas e estão, hoje, efetivamente inadequadas à realidade da expansão experimentada nos conglomerados urbanos.

Tais condições atribuem unicamente ao Município a total responsabilidade de implantar, manter e operar a Iluminação Pública, sem contudo assegurar mecanismos para o adequado equacionamento dos recursos necessários.

Na divisão do parco bolo dos recursos municipais, o Serviço de Iluminação Pública é sistematicamente sub-atendido em suas necessidades e, muitas vezes, parcialmente suportado pelo próprio munícipe, que é forçado a arcar com contribuições de melhorias, taxas, etc.

Como consequência, a situação do Serviço de Iluminação Pública, de modo geral, é de crônica defasagem em relação à demanda, acumulando-se milhares de locais não iluminados ou "pontos escuros", estimados em 170.000, ao longo de mais de 6.000 km de vias públicas habitadas, nos 74 municípios atendidos pelo Eletropaulo.

Dado a essencialidade desse serviço, que garante um maior grau de segurança preventiva à população, se configura extremamente injusta e discriminatória a situação das populações ainda não atendidas pela iluminação pública e que, se mantidas as condições atuais, assim permaneceria por longo prazo.

Buscando cada vez mais consolidar seu papel de empresa prestadora de serviços públicos, em perfeita consonância com as diretrizes do Governo do Estado, a Eletropaulo se propõe a, em conjunto com as Prefeituras, implantar uma nova filosofia para o Serviço de Iluminação Pública, viabilizando em curto prazo a erradicação completa dos "pontos escuros", com soluções compatíveis com a realidade orçamentária dos Municípios, isto é, assumindo a Eletropaulo todos os custos de implantação, manutenção e operação da Iluminação Pública.

1508
[Signature]

Como a maioria desses locais ainda não iluminados já conta com a rede de distribuição da Eletropaulo, resta a instalação do equipamento específico de Iluminação Pública, o que, num grande Programa como o proposto, poderá ser feito a custos menores, viabilizando também a utilização de lâmpadas de tecnologia mais moderna, que favorecerão a conservação de energia e resultarão em menores encargos para as Prefeituras na conta do consumo de energia da Iluminação Pública.

A operacionalização desse Programa exige uma nova postura também das Prefeituras Municipais que, à sua opção, deverão confiar à Eletropaulo todas as responsabilidades do Serviço de Iluminação Pública, transferindo o acervo existente, em condições que lhes assegurarão a indispensável participação na gestão conjunta desse serviço.

Essa nova fórmula de gestão do Serviço de Iluminação Pública, trará grandes e imediatos benefícios para as populações dos Municípios optantes, as quais poderão, desde logo, serem aliviadas de encargos do tipo Taxa de Iluminação Pública e, ao mesmo tempo, terem assegurada a expansão do serviço em condições mais justas, equilibradas com suas necessidades e também com maior qualidade e eficiência.

[Signature]

1809
[Signature]

PLANO DE TRATAMENTO DE CONTABILIDADE
(PLANO DE TRATAMENTO DE CONTABILIDADE)

1. OBJETIVO

O presente Plano tem por finalidade estabelecer normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

2. ADOÇÃO

A ELETROPULO S.A. adotará o Plano de Contas da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, com o objetivo de padronizar a contabilidade e melhorar a qualidade da informação contábil.

PROGRAMA

O presente Programa tem por finalidade estabelecer as normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

[Signature]

O presente Programa tem por finalidade estabelecer as normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

3. ADOÇÃO

A ELETROPULO S.A. adotará o Plano de Contas da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, com o objetivo de padronizar a contabilidade e melhorar a qualidade da informação contábil.

O presente Programa tem por finalidade estabelecer as normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

O presente Programa tem por finalidade estabelecer as normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

O presente Programa tem por finalidade estabelecer as normas para a contabilidade da ELETROPULO S.A. e de suas subsidiárias, visando a padronização dos procedimentos contábeis e a melhoria da qualidade da informação contábil.

10
[assinatura]

PROGRAMA DE EXPANSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(ELIMINAÇÃO DE PONTOS ESCUROS)

1. OBJETIVO

Este Programa tem a finalidade de eliminar cerca de 170.000 pontos escuros, correspondentes a 6.300 km de vias públicas desprovidas de redes de Iluminação Pública, sendo a maior parte localizada nas zonas periféricas, existentes nos 74 municípios da área de concessão da Eletropaulo.

2. HISTÓRICO

Nos 74 municípios que compõem a área de concessão da Eletropaulo, foram detectados cerca de 170.000 pontos escuros, sendo 70.000 na Capital e 100.000 nos demais municípios.

Tal situação espelha as dificuldades financeiras em que se encontra a maioria dos municípios, o que reflete diretamente na população da periferia, especialmente nos aspectos de sua segurança.

O Governo do estado de São Paulo, prosseguindo nos trabalhos de atendimento prioritário das necessidades básicas da população, determinou à Eletropaulo o estudo do Programa que consiste no seguinte:

3. ALTERNATIVA DE ATENDIMENTO

- 3.1. Transferência do acervo de Iluminação Pública da Prefeitura para a Eletropaulo, passando todos os investimentos e despesas de operação e manutenção por conta da Eletropaulo.
- 3.2. Manter parcialmente a sistemática atual, conforme contratos de I.P. em vigor, passando apenas a mão de obra de sua implantação para investimentos da Eletropaulo e os materiais e equipamentos pagáveis em até 12 prestações mensais, corrigidos pelas ORTN's.
- 3.3. Manter totalmente a sistemática atual, conforme contratos de I.P. em vigor, sem qualquer alteração nos procedimentos.
- 3.4. No caso de "Transferência do Acervo", item 3.1., será assinado o respectivo Protocolo de Intenções e Termo de Transferência Definitiva.

1311
[Handwritten signature]

3.5. No caso de "Manter parcialmente a Sistemática Atual", item 3.2., será assinado o respectivo "Convênio para Implantação de Iluminação Pública".

4. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1. Estão previstas no programa, a implantação de cerca de 170.000 lâmpadas, sendo 70.000 na Capital e 100.000 nos demais Municípios, em 14 meses (de nov/85 a dez/86), o que representa cerca de 5.000 por mês na capital e 7.150 por mês nos demais Municípios.

4.2. A implantação se dará somente em locais onde já exista rede de distribuição na data da assinatura dos documentos mencionados nos itens 3.4 e 3.5, podendo excepcionalmente se implantar postes em vias de acesso estratégicos.

4.2.1. Para tal fim foram previstos no programa, recursos financeiros para aproximadamente 10.000 postes que também deverão ser considerados no levantamento físico.

4.3. Excluem-se deste programa, a Iluminação Pública do tipo especial/ornamental, em Praças, Parques, Jardins, Viadutos, Pontes, etc., que continuarão sob a integral responsabilidade das Prefeituras.

5. CUSTOS E INVESTIMENTOS

5.1. Os recursos estimados são da ordem de 106 bilhões de cruzeiros, assim distribuídos:

5.1.1. Materiais e equipamentos de Iluminação a ser fornecido pela Eletropaulo, no caso de transferência do acervo (item 3.1) Cr\$ 90,9 bilhões de cruzeiros.

5.1.2. Mão de obra e transportes para implantação de iluminação e custos dos materiais de distribuição (inclusive custos de implantação) Cr\$ 15,4 bilhões de cruzeiros, para ambas as alternativas (item 3.1 e 3.2).

6. SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IP

6.1. Os serviços continuarão a ser executados pela Eletropaulo, ou por firmas contratadas sob sua responsabilidade, devendo os custos serem contabilizados da seguinte forma:

6.1.1. Para as Prefeituras que optarem pela alternativa 3.1., os custos serão integralmente transferidos para conta de operação da Eletropaulo no final de cada exercício sem qualquer participação da Prefeitura.

12
[Handwritten signature]

6.1.2. Para as Prefeituras que optarem em manter a sistemática atual, itens 3.2 e 3.3, haverá cobrança dos respectivos custos, atualizados semestralmente.

6.2. Excluem-se os serviços de operação e manutenção das Iluminações Especiais instaladas em Praças, Parques, Jardins, Viadutos, etc., os quais serão executados pela própria Prefeitura, às suas expensas.

7. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM IP

7.1. Em qualquer das alternativas, o consumo de energia será de responsabilidade das Prefeituras, faturado mensalmente, com base na tarifa específica.

7.1.1. Para as Prefeituras que optarem pela alternativa 3.1. o consumo será cobrado apenas pela potência nominal das lâmpadas.

7.1.2. Para as Prefeituras que optarem em manter a sistemática atual, itens 3.2 e 3.3 o consumo será cobrado, pela potência nominal acrescido de perdas no sistema.

8. DANOS CAUSADOS EM EQUIPAMENTOS DE IP

8.1. Os danos causados em equipamentos de Iluminação Pública, continuarão a ser reparados pela Eletropaulo, cujas despesas serão classificadas como segue:

8.1.1. Para as Prefeituras que optarem pela alternativa 3.1., os custos serão absorvidos integralmente pela Eletropaulo, inclusive os materiais e equipamentos de reposição.

8.1.2. Para as Prefeituras que optarem em manter a sistemática atual, itens 3.2 e 3.3, os custos correspondentes (inclusive materiais) serão cobrados na forma atualmente em vigor.

13
[Signature]

DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
DO SUPLENTE DE DIRETOR-GERENTE

Eu, Sr. [Nome], Diretor-Geral da ELETROPULO - Eletricidade de São Paulo S.A., por meio desta declaro que a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

ATO DO GOVERNADOR

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

A concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público, pois a [Nome] é uma empresa de capital aberto, com uma longa tradição no mercado de energia elétrica, e a concessão de uma concessão de energia elétrica para a [Nome] é de interesse público.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O Governo de São Paulo em prosseguimento às medidas destinadas ao atendimento prioritário das necessidades básicas da população e considerando:

1. A injusta situação em que se encontram as populações das periferias, discriminadas quanto ao serviço de iluminação pública, normalmente assegurando a quase totalidade da população residente em zonas urbanas;
2. A deplorável existência de milhares desses "pontos escuros" no contexto urbano;
3. A comprovada inadequação do atual regime jurídico e contratual a que está submetido o Serviço de Iluminação Pública;
4. A possibilidade concreta de soluções contratuais, técnicas e econômicas viáveis, para a implantação da iluminação pública na periferia;
5. As significativas melhorias sociais advindas desse serviço público, pelo aumento da segurança preventiva da população em geral e, em particular, da sua população estudantil frequentadora de escola noturna.

Recomenda à ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S.A. que em conjunto com as Prefeituras dos Municípios de sua área de concessão:

1. Estabeleçam, em caráter emergencial, programa de expansão, objetivando a implantação de iluminação pública;
2. Considerem, prioritariamente, os maiores aglomerados de população, as zonas de escolas, hospitais e estações de transporte e demais serviços de atendimento público;

15
[Signature]

3. Considerem, na expansão da iluminação pública, a exploração judiciosa das disponibilidades do sistema elétrico distribuidor da Concessionária;
4. Reúnam seus recursos técnicos, operacionais e financeiros, de modo a não gravarem essas populações com quaisquer ônus decorrentes da implantação, manutenção e operação desses serviços de iluminação pública;
5. Atuem, através de seus organismos de serviço social, na conscientização das populações beneficiadas, no sentido de seu engajamento na preservação e conservação dos equipamentos de iluminação pública;
6. Procedam a criteriosa avaliação dos resultados e impactos do programa, de modo a subsidiar futuras ações junto a essas populações.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

[Signature]
São Paulo,

FRANCO MONTORO

15/10
JPM.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ORIENTANDO A TRANSFERÊNCIA
DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRA EM
POSSUIÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, DA
CITY LIGHTS - INSTITUTO DE SÃO PAULO S.A., DA
CÂMARA DE COMÉRCIO E DA CÂMARA MUNICIPAL
DE SÃO PAULO.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Considerando a importância da iluminação pública para a segurança e o bem-estar da população, e a necessidade de modernizar o sistema de iluminação pública da cidade de São Paulo, as partes abaixo assinadas, de comum acordo, celebram este Protocolo de Intenções, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os prazos para a transferência do sistema de iluminação pública da City Lights para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

JPM

Considerando que a transferência do sistema de iluminação pública da City Lights para a Prefeitura Municipal de São Paulo, é de interesse público e deve ser realizada de forma transparente e eficiente, as partes acordam em estabelecer as seguintes diretrizes e prazos:

1. A transferência do sistema de iluminação pública da City Lights para a Prefeitura Municipal de São Paulo, será realizada em etapas, de acordo com o cronograma estabelecido no presente Protocolo.

2. A Prefeitura Municipal de São Paulo, compromete-se a fornecer todos os recursos necessários para a realização da transferência do sistema de iluminação pública, incluindo a contratação de profissionais e a aquisição de equipamentos.

3. A City Lights, compromete-se a fornecer todos os dados e informações necessários para a realização da transferência do sistema de iluminação pública, incluindo a identificação dos pontos de iluminação e a especificação dos equipamentos.

17
[Handwritten signature]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE..... E A ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A., COM ANUÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO E DA CÂMARA MUNICIPAL DE.....

Considerando a necessidade imperiosa e premente de prover de iluminação pública, os logradouros públicos, ainda não dotados desse melhoramento, localizados na zona urbana e periférica do Município de.....
.....;

Considerando que tal instalação vem de suprir anseio mínimo da população, assegurando-lhes maiores condições de segurança e melhoria da qualidade de vida urbana;

Considerando a viabilidade de aproveitamento na instalação pretendida, dos equipamentos de rede de distribuição de energia elétrica domiciliar, já existentes em grande parte desses logradouros, face à enorme defasagem verificada entre estas redes e as de iluminação pública;

Considerando as dificuldades da Prefeitura em conciliar os custeios dessas obras com os recursos orçamentários disponíveis, bem como a ausência de técnicos e engenheiros para administrar as redes de iluminação pública;

[Handwritten signature]
Considerando a conveniência de se integrar o planejamento da iluminação pública ao planejamento geral do sistema elétrico de distribuição, racionalizando investimentos;

Considerando a necessidade de se obter economia de escala nos dispêndios com materiais empregados na rede de iluminação pública, mediante sua harmonização com os materiais utilizados no sistema de distribuição de energia;

Considerando as vantagens de se abrir o mercado de iluminação pública para desenvolvimento de lâmpadas e equipamentos com novas tecnologias, objetivando a conservação de energia elétrica;

Considerando ainda que, para tanto, é conveniente a integração, sob administração única, da implantação e manutenção e operação do sistema de iluminação pública, com efetiva redução de custos nessas atividades, a Prefeitura Municipal de, neste ato representada por seu Prefeito....., a seguir denominada **PREFEITURA**, e a **ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A.**, Concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede à Rua Coronel Xavier de Toledo, 23, devidamente cadastrada no C.G.C.M.F., sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada por seu..... e por seu....., a seguir denominada **ELETROPAULO**, por este instrumento e com a anuência do Governo do Estado de São Paulo e da Câmara Municipal de....., representada pelo seu Presidente....., ajustam a oportuna transferência do sistema de iluminação pública da **PREFEITURA**, para a **ELETROPAULO**, observadas, para tanto, as condições a seguir expostas:

- 1 - A **PREFEITURA**, sendo proprietária de toda a rede de iluminação pública, instalada nos postes da **ELETROPAULO** e existentes no Município de....., manifesta, neste ato, sua intenção de transferi-la integralmente, para a **ELETROPAULO**.
- 2 - As redes que se encontram ora em fase de execução, deverão ser concluídas sob exclusiva responsabilidade da **PREFEITURA**, após o que, passará a integrar a transferência, objeto deste **PROTOCOLO**.
- 3 - Além do sistema, propriamente dito, a **PREFEITURA** transferirá também para a **ELETROPAULO** todos os equipamentos e materiais de iluminação pública existentes em seu almoxarifado, descrito no anexo que, rubricado pelas partes, passa a integrar o presente **PROTOCOLO**.
- 4 - A avaliação dos bens será feita em conjunto, através da comissão constituída de representantes indicados pelas partes.
- 5 - O termo de **Transferência Definitiva** do sistema será assinado dentro de 30 dias, após a conclusão do levantamento previsto no item 4 deste **PROTOCOLO**, ficando, porém, acertado que a partir desta data, a **ELETROPAULO** passará a operá-lo e a mantê-lo sob sua responsabilidade e às suas expensas.
- 6 - Com a transferência do acervo para a **ELETROPAULO**, a partir da assinatura deste **PROTOCOLO**, esta se compromete a não alienar, parcial ou totalmente, tais materiais e equipamentos em nenhuma hipótese, salvo ordens emanadas do **Poder Judiciário** ou **Poder Concedente**.

19/10/84

- 7 - Caberá também à ELETROP PAULO, a partir da assinatura deste PROTOCOLO, executar, às suas expensas, todos os serviços de expansão e/ou recuperação da iluminação pública, onde houver necessidade, desde que tecnicamente justificados, a critério da ELETROP PAULO.
- 8 - Para tanto, a PREFEITURA autoriza desde já, a ELETROP PAULO a implantar rede de iluminação pública simultaneamente com a extensão de rede de distribuição domiciliar, solicitada pelos consumidores.
- 9 - Excluem-se do disposto nos itens 7 e 8, a implantação de iluminação em vias públicas não habitadas, ou em loteamentos particulares.
- 10 - A instalação de iluminação pública do tipo especial/ornamental poderá ser executada pela ELETROP PAULO, a pedido da PREFEITURA e às suas expensas, ficando a ELETROP PAULO isenta de qualquer investimento.
- 11 - As instalações de que trata o item anterior, bem como aquelas do mesmo tipo, existentes na data da assinatura deste PROTOCOLO, continuarão a ser de propriedade da PREFEITURA, as quais serão operadas e mantidas por ela, às suas expensas.
- 12 - A ELETROP PAULO se compromete a manter, nas mesmas condições atuais, o fornecimento de energia elétrica para iluminação pública mediante tarifas fixadas pelo Poder Concedente.
- 13 - À PREFEITURA caberá o pagamento mensal das contas de fornecimento de energia elétrica, de acordo com as faturas emitidas pela ELETROP PAULO, nas condições deste PROTOCOLO.
- 14 - Todos os serviços executados pela ELETROP PAULO, nos termos do presente PROTOCOLO serão registrados em separado, para fins de exclusão do valor do acervo a ser apurado conforme item 4.
- 15 - Um novo contrato de iluminação pública será celebrado entre a ELETROP PAULO e a PREFEITURA, em substituição àquele assinado em....., incorporando os acordos definidos neste PROTOCOLO.

820

- 16 - Em caso de existência de débito vencido de qualquer natureza, a PREFEITURA se obriga a apresentar à ELETROP PAULO, uma proposta e compromisso de quitação, em acordo separado, devendo manter a partir dessa data, sempre em dia, o pagamento de todas as contas apresentadas pela ELETROP PAULO, inclusive aquelas resultantes do acordo de quitação de débito vencido.
- 17 - Eventuais alterações em quaisquer condições referidas neste PROTOCOLO deverão ter prévio assentimento de ambas as partes, com anuência da Câmara Municipal de

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente "PROTOCOLO DE INTEN
ÇÕES", em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

São Paulo,

Pela Eletropaulo:

Pela Prefeitura:

Prefeito

Presidente da Câmara

Testemunhas:

8.25
[Signature]

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO SISTEMA
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE LÂMPADAS E FIOS, A
PREFEITURA MUNICIPAL DE E
A ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Pelo presente instrumento particular firmado entre a Prefeitura Municipal de e a ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., por meio de seus representantes legais, a saber: o Sr. [Nome], devidamente autorizado pela Lei Municipal nº e a ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., devidamente autorizada pelo Conselho Administrativo de Recursos Públicos de energia elétrica, com sede na Rua [Endereço], nº [Número], devidamente inscrita no C.O.F.C.B.F. nº [Número], sob o CNPJ nº [Número], a seguir denominada ELETROPULO, fica estabelecido o termo de transferência definitiva do sistema de iluminação pública, no âmbito da [Localidade] e das seguintes condições:

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA

1. O presente termo de transferência definitiva, celebrado entre a Prefeitura Municipal de e a ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., tem por objeto a transferência definitiva do sistema de iluminação pública, no âmbito da [Localidade] e das seguintes condições:

2. A ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., por meio de seus representantes legais, a saber: o Sr. [Nome], devidamente autorizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Públicos de energia elétrica, com sede na Rua [Endereço], nº [Número], sob o CNPJ nº [Número], a seguir denominada ELETROPULO, fica estabelecido o termo de transferência definitiva do sistema de iluminação pública, no âmbito da [Localidade] e das seguintes condições:

3. Para efeito de contabilização, os bens objeto desta transferência, compreendidos nos itens 1 e 2 acima, foram avaliados em R\$ [Valor], e a ELETROPULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. se compromete a pagar o valor de R\$ [Valor] à Prefeitura Municipal de para a integralização da transferência.

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO SISTEMA
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI FIRMAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE E
A ELETROPAULO-ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A.

Pelo presente instrumento particular firmado entre a Prefeitura Municipal de....., neste ato representada por seu Prefeito devidamente autorizado pela Lei Municipal nº..... de....., a seguir denominada PREFEITURA e a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A., concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede à Rua Cel. Xavier de Toledo, 23, devidamente cadastrada no C.G.C.M.F. sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada por seu..... e por seu....., a seguir denominada ELETROPAULO, fica justa e contratada a transferência definitiva do sistema de iluminação pública, mediante as cláusulas e condições seguintes:

- 1 - A PREFEITURA, sendo proprietária de toda a rede de iluminação pública, instalada nos postes da ELETROPAULO, existente no Município de, inclusive as redes que se encontram ora em fase de execução, que deverão ser concluídas sob exclusiva responsabilidade da PREFEITURA, "transfere-as" nesta data e por este termo à ELETROPAULO, em caráter definitivo, conforme previsto no item 5 do Protocolo de Intenções assinado pelas partes em.....
- 2 - Além do sistema propriamente dito, a PREFEITURA transfere também, neste ato, à ELETROPAULO, em caráter definitivo, todos os equipamentos e materiais existentes no seu almoxarifado, descrito em anexo que, rubricado pelas partes, passa a integrar o presente Termo.
- 3 - Para efeito de contabilização, os bens objeto desta transferência constantes dos itens 1 e 2 supra, foram avaliados em Cr\$...... (.....) que passarão a integrar os bens e instalações da ELETROPAULO.

./..

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente **TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA**, em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam.

São Paulo,

Pela Eletropaulo:

Pela Prefeitura:

Prefeito

Testemunhas:



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 283/86 deu entrada na Secretaria Administrativa no dia 17 p. passado.

Certifico mais, o referido Projeto de lei foi lido na Sessão Ordinária do mesmo dia, foram extraídas fotocópias aos Srs. Vereadores interessados e, nesta data encaminhado a Assessoria Jurídica para opinar.

Ibiúna, 18 de março de 1986.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encarregado da Secretaria Adminstr.

S. Púpito:

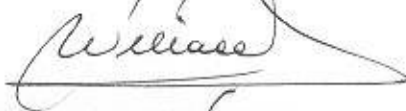
Trata a presente proposição de autorizações para o Executivo transferir à Eletro - paula o sistema de iluminação pública do Município.

Quanto à iniciativa, é de competência do Prefeito a apresentação do Projeto de Lei, sendo a matéria de natureza legislativa.

Assim, sob os aspectos legal e constitucional, nada impede que a proposição apreciada pelo Ex. Lidade.

Quanto ao mérito, caberá ao Pleno - ris se manifestar.

15.20/3/86






CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 283/86 recebeu Parecer da Assessoria Jurídica e, nesta data encaminho o mesmo às Comissões para exararem Parecer. Ibiúna, 21 de março de 1986.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encarregado da Secretaria Adminstr.

25
1986



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

26
[Signature]

PARECER CONJUNTO:

AO PROJETO DE LEI Nº. 283/86.

COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO, OBRAS
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

Pelo presente Projeto de Lei e de acordo com o artigo 24, inciso XII da L.O.M., o Senhor Prefeito Municipal - solicita deste Poder, autorização para que possa, em nome da / Prefeitura Municipal, firmar convênio com a Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo S/A, transferindo em caráter definitivo o sistema de Iluminação Pública do Município àquela Empresa.

O Projeto fez-se acompanhar de um elucidativo/ programa que esclarece todos os pontos da referida transferência, tais como objetivo, implantação, atendimento, serviços / etc.

Do ponto de vista jurídico e financeiro, nada/ impede a apreciação e aprovação do mesmo, principalmente pelos benefícios que acarretarão ao Município.

Sala das Comissões, 31 de março de 1986.

[Signature]
- Fausto Toyomi Teshirogi -

[Signature]
- Donato Rolim de Freitas -

[Signature]
- Pedro Correa -

[Signature]
- Jonas de Campos -

- Relator -

[Signature]
- Waldomiro Ferreira de Campos -

[Signature]
- Luiz Clemente Machado -

[Signature]

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

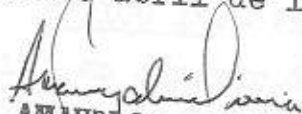
SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 283/86 recebeu Parecer em conjunto favorável das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, Obras Serviços Públicos e Atividades Privadas na Sessão Ordinária do dia 31 p. passado.

Certifico mais, o referido Projeto de Lei foi inscrito para ser discutido e votado na Sessão Ordinária do dia 07 p. futuro.

Ibiúna, 01 de abril de 1986.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encarregado da Secretaria Administr.

27


2º Secretário



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

ps 28
t. g. m.

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 258/86

Dispõe sobre a transferência do sistema de iluminação pública do Município à ELETROPAULO.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu promulgo a seguinte lei:-

ARTIGO 1º.- Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir, em caráter definitivo, à ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A o sistema de iluminação pública do Município.


ARTIGO 2º.- A transferência de que trata o artigo anterior operar-se-á obedecidas as condições constantes do anexo termo que, para todos os efeitos e fins, passa a fazer parte integrante desta lei.

ARTIGO 3º.- A assinatura do termo dependerá da prévia formalização com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A do correspondente Protocolo de Intenções.


ARTIGO 4º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º.- Revogam-se as disposições em contrário.

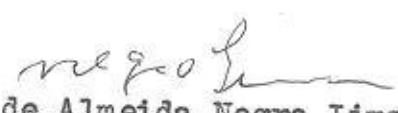
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 08 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 1986.


Rubens Xavier de Lima

Presidente


Waldomiro Ferreira de Campos

1º Secretário


Benedito de Almeida Negro Lima S.

2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE

Ofício GPC nº. 225/86

Ibiúna, 08 de abril de 1986.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 258/86, referente ao Projeto de Lei nº. 283/86 que "Dispõe sobre a transferência do sistema de iluminação pública do Município à ELETROPAULO", aprovado na Sessão Ordinária do dia 07 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentarlhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RUBENS XAVIER DE LIMA

PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI

DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

N E S T A.




CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 283/86 foi discutido e votado na Sessão Ordinária do dia 07 p. ' passado, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Certifico mais, devido sua aprovação foi expedido' o Autógrafo de Lei nº. 258/86, encaminhado através do ofício GPC nº.225/86 da presente data. Ibiúna, 08 de abril de 1986.


AMAURI GABRIEL VIEIRA
Auxiliar de Encargado da Secretaria Adminstr.